

RESUMO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO JULHO A DEZEMBRO DE 2018

DISSERTAÇÕES (2018/2)

OS DESAFIOS DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS COM INDÍGENAS SURDOS

AUTOR: Bruno Roberto Nantes Araujo

DATA: 23/08/2018– Educação (Mestrado) – 148 p – Início: 2016

ORIENTADORA: Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno – UFGD

Profa. Dra. Shirley Takeco Gobara – UFMS

RESUMO: A escolarização de estudantes surdos requer atenção para a comunicação entre os participantes da escola, exigindo o esforço coletivo para que ela aconteça, e esse processo tem solicitado a presença dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) - Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos diferentes ambientes da instituição escolar, pois se entende que a atuação desse profissional em salas de aulas pode reforçar e/ou permitir a comunicação e relacionamento do estudante indígena surdo com o professor na perspectiva da educação inclusiva. A problematização relevante refere-se a propósito de se verificar como os TILS estão utilizando suas práticas interpretativas, considerando as especificidades culturais e linguísticas do estudante indígena surdo. Este estudo tem como objetivos identificar as ações de interpretação e tradução da Libras junto aos estudantes indígenas surdos em escolas comuns urbanas, assim como caracterizar a formação profissional dos TILS com estudantes indígenas surdos e identificar e analisar as estratégias dos recursos de comunicação que

os TILS, participantes desta pesquisa, empregam em suas atividades em sala de aula com os estudantes indígenas surdos. Pesquisa, de caráter analítico-descritivo, optou-se pela utilização do tipo qualitativo, e os instrumentos são entrevistas individuais semiestruturadas e questionário com três professores, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades entre 25 a 38 anos, todos TILS, que atuam ou atuaram com os indígenas surdos nas escolas comuns urbanas dos municípios de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande. Os resultados apontaram que os TILS reconhecem dificuldades relacionadas à capacitação, principalmente no que se refere à educação indígena, entendem que desconhecem a cultura indígena sobre as políticas de educação indígena, respeitam a bagagem linguística dos estudantes indígenas surdos, reconhecem que, embora os estudantes indígenas surdos sejam alfabetizados na Libras há necessidade da criação de sinais indígenas e/ou terena em respeito a sua cultura. Dessa forma, viu-se pela pesquisa que isso só será possível se a Libras, além de ser entendida como primeira língua do estudante índio surdo, for valorizada na escola como um todo. O tradutor intérprete é elemento essencial para que a comunicação entre o surdo e o ouvinte aconteça de forma satisfatória. Verificou-se que a interface entre a Educação Especial e a educação escolar direcionada ao indígena surdo é um campo novo e complexo de investigação e necessita que novas pesquisas sejam realizadas.

Palavras-chave: Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais; Indígena; Surdo.

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

AUTORA: Maria de Fátima Martins dos Santos

DATA: 04/09/2018 – Educação (Mestrado) – 160 p – Início: 2016

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Diléia Espíndola Fernandes – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Solange Jarzem Fernandes – UFMS

Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto – USP

RESUMO: A presente dissertação está vinculada à linha de pesquisa em História, Políticas e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A pesquisa tem por objetivo analisar o financiamento da educação brasileira no âmbito do planejamento educacional. Nesse sentido, visa a desvelar como o planejamento enquanto peça de ação do Estado programou o financiamento da educação e a manutenção do desenvolvimento do ensino no Brasil. O estudo contempla o período a partir de 1930, do Manifesto dos Pioneiros, até a contemporaneidade. A fundamentação teórica pautou-se numa revisão bibliográfica referente à temática utilizando de materiais científicos sobre o planejamento público, educacional e no tocante ao financiamento das políticas educacionais. Estudou-se o atual Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como os planos que o precederam. Investigou-se o processo de planejamento educacional em nível estadual, analisando o decurso de elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação (PEE) 2014-2024 de Mato Grosso do Sul. Averiguou-se a experiência institucional e sociopolítica advinda desse processo presente na educação pública sul-mato-grossense em articulação com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Trabalhou-se com a legislação educacional nacional e estadual, com dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Relatórios de Monitoramento e Avaliação do PNE, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros documentos necessários à pesquisa, produzidos na esfera administrativa estatal. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, implicaram a revisão de literatura e análise documental. As categorias de análise que nortearam a busca examinadora foram a historicidade dos processos sociais, no âmbito do planejamento e financiamento da educação, na sua totalidade e singularidade. A pesquisa mostrou que o planejamento é um campo de atuação do Estado cuja configuração é condicionada pelas ações do modo de produção capitalista, que exerce a hegemonia nas relações sociais. Concluiu-se que o financiamento das políticas educacionais fica prejudicado devido à ocorrência de uma série de aspectos técnicos e políticos inerentes à sua composição e a seu contexto. Nesse sentido, a análise resultou em alguns aspectos: o planejamento público e governamental transcende todos os demais setores, ou seja, a política econômica subordina as políticas sociais; a participação da sociedade não é vista como algo relevante, mesmo sendo citada no processo de planejamento educacional, como presenciado no atual PNE e de seu antecessor; no planejamento educacional, nota-se um distanciamento em relação ao planejamento governamental, ambos não estão articulados; há um foco no caráter produtivista da educação; as preocupações são maiores em relação ao desenvolvimento capitalista; o planejamento educacional nem sempre contribui

para que o financiamento das políticas sociais seja efetivo e eficaz no combate às desigualdades culturais e sociais do País. O trabalho revela a necessidade de uma nova organização do planejamento educacional e financeiro, que desvincule com as concepções hegemônicas e construa um novo projeto de sociedade que atenda, efetivamente, a reais necessidades educacionais do País.

Palavras-chave: Política Educacional. Financiamento para manutenção e desenvolvimento do ensino. PNE 2014-2024. PEE/MS 2014-2024.

TESES (2018/2)

ESTRATÉGIAS FAMILIARES E ESCOLARES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS FILHOS/ESTUDANTES NO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE

AUTORA: Miriam Ferreira de Abreu da Silva

DATA: 10/09/2018 – Educação (Doutorado) – 331 p – Início: 2014

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório – UFMS

Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UFMS

Profa. Dra. Eliane Greice Davanço Nogueira – UEMS

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani – UFGD

RESUMO: Esta investigação tem como objeto as estratégias familiares e escolares de acesso e permanência no Colégio Militar de Campo Grande dos estudantes do 6º Ano do Ensino Fundamental até o 3º Ano do Ensino Médio. O objetivo geral consistiu em identificar e analisar as estratégias familiares e escolares que possibilitam o acesso de estudantes no 6º Ano do Ensino Fundamental e a sua permanência até o 3º Ano do Ensino Médio no Colégio Militar de Campo Grande. Para a compreensão da relação família-escola, teve-se como base o referencial bourdieusiano, sobretudo os conceitos de habitus, campo, estratégias e capitais. A recolha dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários, pesquisa documental e bibliográfica. Utilizando-se, para a análise e tratamento dos dados, a técnica de análise de conteúdo, com uso do software NVivo11. Os resultados sinalizam que existe uma orquestração de estratégias familiares e escolares tanto para o acesso quanto para a permanência dos filhos/estudantes no Colégio Militar de Campo Grande. Como parte das estratégias familiares há o investimento em cursos preparatórios, reforço escolar, aulas particulares e cursos extracurriculares que agregam o capital cultural, simbólico, artístico e social, somados ao acompanhamento diário por parte das famílias/responsáveis por esses estudantes e relacionamento próximo aos agentes de ensino da referida instituição. Consta-se uma intencionalidade na forma de relação família-escola, sendo esta uma das responsáveis pelo surgimento e expansão do “mercado escolar” na sociedade campo-grandense. Outra estratégia utilizada pelas famílias civis é o retorno do ano escolar para acesso ao sistema, no caso de estudantes que conseguem aprovação no concurso após a primeira e até segunda tentativa. E por famílias de militares, ora a solicitação de transferência para localidades em que há colégios militares, ora para regiões de fronteira ou guarnições especiais, valendo-se do direito que têm, nessas situações, à matrícula nessa instituição educacional escolar, objetivando manter o ethos militar na família. Em contrapartida, o Colégio Militar de Campo Grande, além do curso regular, oferece apoio pedagógico, recuperação, plantão de dúvidas e acompanhamento de profissionais especializados, em um esforço institucional para manter o reconhecimento histórico de escola de referência, que forma estudantes com condições de conseguir posições de destaque em avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vestibulares, academias militares e olimpíadas acadêmicas. Esse ethos militar confere a essa instituição de ensino um caráter elitista, sobrepondo-se assim ao seu discurso assistencial. A ilusão/encantamento por este sistema de ensino leva as famílias a essa tomada de decisão, fazendo parte desse jogo social os capitais econômico, cultural, social e simbólico. Nos desdobramentos desta ilusão (encantamento), origina-se um forte desejo de realização pessoal por parte da família, que expressa nesta escolha seus habitus familiares e volume de capitais.

Palavras-chave: Colégio Militar. Família. Acesso e Permanência. Estratégia.

AMBIENTE VIRTUAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ESPAÇOS E MOVIMENTOS DE APRENDIZAGEM EM UMA DISCIPLINA

AUTOR: Frederico Fonseca Fernandes

DATA: 22/10/2018 – Educação (Doutorado) – 194 p – Início: 2015

ORIENTADORA: Profa. Dra. Suely Scherer – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Marilena Bittar – UFMS

Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache – UFMS

Profa. Dra. Daniela Melaré Vieira Barros – UAB

Profa. Dra. Gláucia da Silva Brito – UFPR

RESUMO: Nesse site você encontrará registros de uma pesquisa de doutorado em que se analisou processos de aprendizagem de um conhecimento matemático, vivenciados em espaços virtuais de uma disciplina de um curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade de Educação a Distância (EaD), na perspectiva do “Estar Junto Virtual Ampliado”. Os dados da pesquisa foram produzidos a partir do desenvolvimento da disciplina “Instrumentação para a Pesquisa e Prática de Ensino em Matemática III”, com uma carga horária de 102 horas/aula, do curso de Licenciatura em Matemática, ofertado na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, durante o 1º semestre de 2016, para oito estudantes regularmente matriculadas no 6º semestre. Os dados foram construídos e coletados a partir dos registros (escritos e audiovisuais) das estudantes e do professor nos ambientes virtuais que foram organizados e propostos para a resolução de tarefas matemáticas durante o período de realização da disciplina, segundo a perspectiva interpretacionista. Para o planejamento, proposição e acompanhamento da disciplina, bem como a análise dos dados a partir da resolução de tarefas matemáticas foram consideradas as possibilidades de interação, de organização de ambientes virtuais e de construção individual e coletiva de conhecimento segundo alguns pressupostos teóricos como, o “Estar Junto Virtual”, de José Armando Valente; a Psicologia Cultural, de Jaan Valsiner; as atitudes de indivíduos em ambientes virtuais, de Suely Scherer; e os estilos de uso do virtual, de Daniela Melaré Vieira Barros. Os conceitos presentes nesses estudos nos auxiliaram na compreensão das relações que podem ser estabelecidas entre estudantes, professor, objeto matemático e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), ampliando e caracterizando estudos sobre a abordagem para a EaD, denominada “Estar Junto Virtual Ampliado”. Ao analisarmos dados referentes à disciplina ofertada nessa pesquisa, observamos que sete estudantes foram visitantes dos ambientes virtuais destinados a resolução de uma tarefa matemática proposta, mas havia potencial para que quatro dessas estudantes se tornassem habitantes dos ambientes virtuais da disciplina neste período. O que observamos foi que o uso desses ambientes ficou limitado a apresentar uma proposta de resolução a partir de interações do tipo um-a-um (aluna-professor). Mesmo que a atitude das estudantes tenha possibilitado movimentos de internalização e externalização, favorecendo a construção individual e coletiva de conhecimentos sobre circunferências (conhecimento matemático analisado nesta pesquisa), essas estudantes não habitaram os ambientes virtuais, pois as interações foram pontuais e em um movimento de pergunta-resposta. Portanto, ao considerarmos os dados analisados, compreendemos que a aprendizagem desse conhecimento matemático, durante o desenvolvimento da disciplina, ocorreu a partir de ações de ensino, propostas pelo professor, e de aprendizagem, vivenciadas pelas estudantes, em ambientes virtuais que foram estruturados, organizados e articulados entre si para a resolução de tarefas matemáticas. Na abordagem do “Estar Junto Virtual Ampliado”, ações de ensino que priorizam o uso de diferentes ambientes virtuais para abordar um mesmo conteúdo podem favorecer a interação entre estudantes, professor, 3 objeto do conhecimento e TDIC; a manipulação de objetos matemáticos; e a existência de movimentos de internalização e externalização de conhecimentos, contribuindo com o processo de constituição de um AVA.

Palavras-chave: Formação de Professores. Matemática. Tecnologias Digitais. Coconstrutivismo.

GESTÃO ESCOLAR PARA RESULTADOS NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PARCERIA ENTRE O INSTITUTO UNIBANCO E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA EXECUÇÃO DO PROJETO JOVENS DO FUTURO

AUTORA: Andrêssa Gomes de Rezende Alves

DATA: 12/12/2018 – Educação (Doutorado) – 183 p – Início: 2015

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Diléia Espíndola Fernandes – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório – UFMS

Profa. Dra. Bartolina Ramalho Catanante – UEMS

Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UAb

Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS

RESUMO: Esta tese insere-se na Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem como objeto de pesquisa a Gestão Escolar para Resultados (GEpR) expressa no programa Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco, e suas implicações para a democratização da gestão da educação, no contexto da parceria público-privada. O objetivo geral do estudo consiste em analisar a concepção de GEpR expressa no Programa Jovem de Futuro e suas implicações para a democratização da educação. Para alcançar o objetivo, a investigação propôs-se a desenvolver objetivos específicos, como estudar a relação entre o público e o privado e as consequências para a democratização da educação no Brasil; analisar a parceria entre o Instituto Unibanco e o Ministério da Educação; examinar a concepção de educação do Projeto Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco; identificar a natureza, a dimensão, os princípios e os instrumentos de gestão defendidos pelo Instituto Unibanco, por meio do Programa Jovem de Futuro. Entende-se que a política educacional não é apenas determinada pelas mudanças sociais e econômicas, e sim parte constitutiva dessas mudanças. Partindo desse pressuposto, emerge-se a hipótese explicativa para a consecução desta pesquisa, pois se questiona a efetivação da democratização da educação por meio das práticas materializadas pelo Instituto Unibanco, uma vez que se apoia em metodologias padronizadas, desconsiderando as particularidades e a autonomia das comunidades escolares. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A parceria entre o Instituto Unibanco e o Ministério da Educação (MEC), na execução do Programa Ensino Médio Inovador, em conjunto com o Programa Jovem de Futuro (ProEMI/JF), tem como finalidade instituir, nas escolas de Ensino Médio, a Gestão Escolar para Resultados, proposta que consolida a minimização das funções do Estado para com as políticas sociais e econômicas. Além disso, a instituição de mecanismos para minimizar as ações do Estado soma-se à crença de que o setor privado possui o modelo ideal de gestão.

Palavras-chave: Política educacional; Parceria Público-privada; Gestão Escolar para Resultados.
